



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190711001034
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 12b9-96c9-3588-c47c

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



TUA

TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

O titular está obrigado a cumprir o disposto no presente título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes nas partes que lhes são aplicáveis.

O TUA compreende todas as decisões de licenciamento aplicáveis ao pedido efetuado, devendo ser integrado no respetivo título de licenciamento da atividade económica.

DADOS GERAIS

Nº TUA	TUA20190711000270
REQUERENTE	EUROCALCIO, CALCARIOS E INERTES SA
Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	502065907
ESTABELECIMENTO	EUROCALCIO - Cálcaros e Inertes S.A.
LOCALIZAÇÃO	Pedreira "Cabeço da Raposa" - Giesteira
CAE	08113 - Extração de calcário e cré

CONTEÚDOS TUA



ENQUADRAMENTO



LOCALIZAÇÃO



PRÉVIAS CONSTRUÇÃO



EXPLORAÇÃO



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO



ANEXOS TUA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190711001034
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 12b9-96c9-3588-c47c

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



ENQUADRAMENTO

SUMÁRIO

Regime	Nº Processo	Aplicáveis	Solicitados	Indicador de enquadramento	Data de Emissão	Data de Validade	Prorrogação da validade	Eficácia	Sentido da decisão	Entidade Licenciadora
AIA	PL20180801003064	X	X	Anexo I, n.º 18 - Artigo 1.º n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação.	11-07-2019	10-07-2023	-	Sim	Deferido condicionado	Agência Portuguesa do Ambiente



LOCALIZAÇÃO

Mapa



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190711001034
 CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 12b9-96c9-3588-c47c

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



Área poligonal

Vertice	-
Meridiana	-
Perpendicular à meridiana	-

Confrontações

Norte	terrenos agro-florestais
Sul	terrenos agro-florestais
Este	terrenos agro-florestais
Oeste	terrenos agro-florestais



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190711001034
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 12b9-96c9-3588-c47c

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Área do estabelecimento

Área impermeabilizada não coberta (m2)	0.00
Área coberta (m2)	2800000.00
Área total (m2)	357632000.00

Localização

Localização	Zona Rural
-------------	------------



PRÉVIAS CONSTRUÇÃO

Medidas /Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Ver DIA anexa ao presente TUA	Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



EXPLORAÇÃO

Medidas / Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190711001034
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: 12b9-96c9-3588-c47c

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO

Medidas / Condições a cumprir relativamente ao encerramentos e ou desativação da instalação

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Comunicações a efetuar à Administração

Tipo de informação/Parâmetros	Formato de reporte	Data de reporte	Entidade
Ver Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA.	Ver Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA.	Ver Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA.	Ver Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA.



ANEXOS TUA

Anexos

Código	Anexo	Descrição
C057201	AIA3219_DIA(anexoTUA).pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental

**Declaração de Impacte Ambiental
(Anexo ao TUA)**

Designação do projeto	Ampliação da Pedreira Cabeço da Raposa e Anexos
Fase em que se encontra o projeto	Projeto de Execução
Tipologia do projeto	Anexo I, n.º 18 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
Enquadramento no regime jurídico de AIA	Artigo 1.º, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
Localização (freguesia e concelho)	Freguesia de São Mamede, Concelho da Batalha Freguesia de Fátima, Concelho de Ourém
Identificação das áreas sensíveis	Não são afetadas áreas sensíveis definidas nos termos do disposto na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual.
Proponente	EUROCALCIO, Calcários e Inertes S.A.
Entidade licenciadora	Direção Geral de Energia e Geologia
Autoridade de AIA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Descrição sumária do projeto	<p>No âmbito deste projeto pretende-se ampliar a área de exploração em cerca de 31,7632 ha, passando dos 4ha, licenciados em 2001, para 35,7632 ha e licenciar os anexos de pedreira existentes: pavilhão 2, unidade de moagem e central de betão) e a implantar: Pavilhão 3, com uma área de 500 m², destinado ao armazenamento do filler produzido no pavilhão 2. Pretende-se ainda aumentar o número de crivos existentes na unidade de britagem de 3 para 6.</p> <p>A área de exploração efetiva será de 23,43 ha excluídas: as áreas de defesa, as afetas aos Anexos de Pedreira e a área excluída por nela se ter identificado o Habitat 6210 Prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em substrato calcário (<i>Festuco-Brometalia</i>) que corresponde a um importante habitat de orquídeas).</p> <p>As reservas geológicas estimadas para a área de ampliação prevista apontam para 11 714 700 m³, das quais 4 261 000 m³ foram já exploradas ao longo dos 15 anos de atividade da pedreira. Estimam-se, assim, em 7 117 680 t as reservas exploráveis, o que tendo em conta uma produção média anual de 350 000 t, permitirá uma vida útil da pedreira de cerca de 20 anos.</p>
-------------------------------------	---

	<p>O método de exploração continuará a ser feito a céu aberto, com recurso a explosivos e em bancadas. A exploração será faseada. Na fase 1, com a duração de cerca de 15 anos, prevê-se a continuação da exploração na área sul, em cinco pisos, desde a cota 450m até à 390m. Numa segunda fase será explorada a zona norte, compreendendo duas ou três bancadas, sendo a exploração efetuada entre a cota 460m e 430m.</p> <p>A exploração funciona durante 8 horas, nos dias úteis A empresa emprega atualmente um total de 6 pessoas (1 encarregado e 5 operadores de máquinas e condutores). Com a ampliação prevê-se a criação direta de 4 novos postos de trabalho associados a operadores de máquinas e condutores.</p> <p>O Plano de Recuperação Ambiental e Paisagística apresentado pretende garantir que, toda a área intervencionada pela atividade extrativa será recuperada propondo-se o enchimento parcial da corta recorrendo apenas aos rejeitados da própria exploração, e revegetação com espécies vegetais adaptadas às condições do local.</p>
<p>Síntese do procedimento</p>	<p>O presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) teve início a 4 de outubro de 2018, após receção de todos os elementos necessários à boa instrução do mesmo.</p> <p>A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na sua qualidade de Autoridade de AIA, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída por representantes da APA, da entidade licenciadora Direção Geral de Energia e Geologia, da Direção-Geral do Património Cultural, do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Instituto Superior de Agronomia / Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves (ISA/CEABN).</p> <p>A metodologia adotada para concretização deste procedimento de AIA contemplou as seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apreciação da Conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), da documentação adicional e consulta do projeto de execução: <ul style="list-style-type: none"> – Foi considerada necessária a apresentação de elementos adicionais, os quais foram submetidos pelo proponente sob a forma de Aditamento ao EIA. – Após análise deste documento, foi considerado que o mesmo, de uma maneira geral, dava resposta às lacunas e dúvidas anteriormente identificadas pelo que o EIA foi declarado conforme a 8 de março de 2019 – No entanto, e sem prejuízo de ter sido dada a conformidade ao EIA, a CA considerou que persistiam ainda questões/elementos por apresentar e esclarecer, pelo que foi solicitada a apresentação de

	<p>elementos complementares, submetidos a esta Agência a 22 de abril de 2019.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura de um período de Consulta Pública, que decorreu durante 30 dias úteis, de 18 de março a 30 de abril de 2019. • Solicitação de pareceres específicos às seguintes entidades externas: Município da Batalha, Município de Ourém, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), Autoridade Nacional de Proteção Civil, Administrações Regionais de Saúde do Centro e Vale do Tejo (ARS Centro e ARS LVT) e EDP – Eletricidade de Portugal. • Visita de reconhecimento ao local de implantação do projeto, onde estiveram presentes representantes da CA, do proponente e da equipa que elaborou o EIA, no dia 12 de abril de 2019. • Apreciação ambiental do projeto, com base na informação disponibilizada no EIA e respetivo Aditamento, tendo em conta as valências das entidades representadas na CA, integrada com as informações recolhidas durante a visita ao local e ponderados todos os fatores em presença, a participação pública. • Elaboração do Parecer Final da CA, que visa apoiar a tomada de decisão relativamente à viabilidade ambiental do projeto. • Preparação da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendo em consideração o Parecer da CA e o Relatório da Consulta Pública. • Promoção de um período de audiência de interessados, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo e análise das alegações apresentadas pelo proponente. • Análise da pronúncia apresentada em sede de audiência de interessados e emissão da presente decisão.
<p>Síntese dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas</p>	<p>Foi solicitada a pronúncia das seguintes entidades: Município da Batalha, Município de Ourém, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), Autoridade Nacional de Proteção Civil, Administrações Regionais de Saúde do Centro e Vale do Tejo (ARS Centro e ARS LVT) e EDP – Eletricidade de Portugal.</p> <p>Tendo o <u>Município de Ourém</u> remetido a sua apreciação no âmbito da consulta pública o teor da sua apreciação é apresentado na síntese relativa a esse procedimento.</p> <p>O <u>Município da Batalha</u> identifica um conjunto de lacunas no EIA a cuja revisão condiciona o seu parecer favorável ao projeto, designadamente:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Ruído Ambiente — não foi efetuada medição no concelho da Batalha, pelo que importa alertar para a proximidade da pedreira aos aglomerados urbanos (recetores sensíveis) de Vale de Barreiras, Moita de Ervo e Pessegueiro; - Qualidade do ar — não foram efetuadas medições no concelho da Batalha, pelo que importa reiterar a necessidade de acautelar devidamente os impactes na qualidade do ar das populações que vivem na proximidade da exploração de inertes (lugares de Vale de Barreiras, Moita de Ervo e Pessegueiro); - No que se refere à sobreposição com áreas de suscetibilidade elevada de contaminação de aquíferos e no que concerne ao encaminhamento das águas residuais domésticas, é indicado pela empresa que o serviço de remoção e transporte dos efluentes para local designado pela Câmara Municipal, situação salvaguardada pela empresa através de um dispositivo estanque e sempre que necessário a sua remoção e transporte para local devidamente autorizado. Salienta-se que o concelho da Batalha não dispõe da rede de saneamento de águas residuais pelo que se torna necessário assegurar e acautelar devidamente este risco ambiental atendendo à vulnerabilidade do território; - No aditamento do EIA é efetuado o enquadramento exaustivo no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) não se verificando o mesmo tipo de abordagem relativamente ao PROT Centro, sugerindo a sua inclusão mais objetiva no estudo; - No aditamento ao EIA constam justificações adicionais ao estudo para as áreas de REN, nomeadamente a diferença de cotas entre a base e o nível freático conhecido para a zona. Relativamente à carsificação do maciço informa o estudo que não existe qualquer cavidade cársica. Neste aspeto importa referir que não existe um estudo com a localização de todas as cavidades cársicas, devendo salvaguardar-se sempre os casos em que as cavidades não são visíveis devido à presença da vegetação densa; - Relativamente ao património arqueológico não consta no Inventário Nacional nenhuma ocorrência para o local. Não obstante a componente arqueológica entende-se que o modelado cársico presente na área de estudo apresenta valor geomorfológico típico das zonas cársicas, tais como: dolinas, campos de <i>lapiás</i>, algares que importa preservar; - No Resumo Não Técnico e no que se refere ao descritor "Ordenamento do Território" não consta qualquer referência aos
--	---

	<p>planos e programas regionais e municipais que abrangem o concelho da Batalha, apenas consta a referência ao concelho de Ourém.</p> <p>A <u>ARS LVT</u> concluiu não ser possível tirar conclusões sobre o impacto da ampliação da Pedreira Cabeço da Raposa na saúde da população eventualmente afetada. No entanto, e tendo em conta os dados apresentados neste estudo para explorações deste tipo, sugeriu a realização de monitorização do estado de saúde da população afetada, de modo a ser identificado qual o impacto na sua saúde devido à existência desta pedreira e da sua ampliação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Impacte da exposição ao ruído ambiental resultante da atividade. - Impacte da exposição respiratória a substâncias, partículas e poeiras resultantes das atividades inerentes à atividade. <p>As duas <u>Administrações Regionais de Saúde</u> identificaram medidas a implementar que a seguir se enunciam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cumprir todas as disposições legais aplicáveis, nomeadamente as de ordem técnica e preservação do ambiente e recuperação paisagística." - Cumprir o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de Outubro, no que se refere aos anexos de pedreira. A correta implementação do Plano Ambiental de Recuperação Paisagística incluído no Plano de Pedreira, durante as diferentes fases de exploração e desativação da atividade extrativa, permitirá a reconversão da área e a viabilização de um sistema, económica e ambientalmente sustentável, minimizando todos os impactos negativos gerados ainda durante a fase de exploração e reconvertendo-os, globalmente a médio longo prazo, num impacto positivo significativo e permanente. - Garantir a existência de água com qualidade de água para consumo humano nas instalações sociais/chuveiros (dando cumprimento ao exigido na atual redação do Decreto-Lei n.º 306/2007 e 27 de agosto o Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro), pelo que caso seja utilizada a água da captação existente, a mesma deve ser submetida a uma desinfecção, de modo a garantir um residual de cloro entre 0.2 e 0.6 mg/l, que funcionará como barreira sanitária a qualquer contaminação. - Caso seja utilizado termoacumulador para aquecimento de água nos balneários, e dado que as redes de água quente são vulneráveis ao desenvolvimento de bactérias do género <i>Legionella</i>
--	--

	<p>em consequência da ténue barreira sanitária, a empresa deverá implementar um programa de prevenção e controlo de <i>Legionella</i> na instalação, com vista à salvaguarda da saúde dos seus trabalhadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir as condições de trabalho dos trabalhadores em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho, com a avaliação anual dos riscos profissionais para a saúde dos mesmos e vigilância do seu estado de saúde. - Efetuar controlo rigoroso das fontes de emissão de ruído e vibrações das máquinas e equipamento; - Prevenir riscos profissionais e proteção dos trabalhadores em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho - Implementar uma adequada gestão de resíduos, baseada na valorização interna dos resíduos resultantes da produção. <p>O <u>ICNF</u> considerou que o EIA apresenta, quer ao nível da situação de referência, quer ao nível da Avaliação de Impactes, uma caracterização correta. A execução do projeto irá afetar espécies e habitats com estatuto de proteção, sendo propostas Medidas de Minimização para minorar o efeito da aplicação do projeto, com especial destaque para a área que foi retirada do projeto e que não será intervencionada.</p> <p>Devem ser implementadas as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na sequência da apreciação do primeiro relatório de monitorização dos sistemas ecológicos aferir, face à afetação dos valores em presença, a necessidade de excluir da exploração áreas, com a consequente da necessidade de reformulação do Plano de Pedreira. - Identificar uma área adjacente à pedreira tendo em conta a cartografia de habitats produzida no EIA, que garanta uma continuidade dos habitats prioritários que serão afetados pelo projeto, visando assim promover o seu aumento e/ou regeneração do habitat e de espécies relevantes do ponto de vista da conservação da natureza, com o objetivo de contribuir para a manutenção dos valores atuais em presença. - Definir, com o objetivo de conservação da Flora Protegida que venha a ser afetada pelo projeto, áreas com aptidão de modo a que seja efetuada a transplantação de indivíduos e recolha de sementes, devendo estas áreas passar a ser devidamente monitorizadas e consideradas no programa de monitorização. <p>Sugere que sejam as entidades responsáveis pela aprovação do Plano Ambiental de Recuperação Paisagística (Comissões de Coordenação e</p>
--	--

	<p>Desenvolvimento Regional) a acompanhar este processo para que o mesmo seja efetuado em sintonia com o mencionado plano.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A presença de azinheira (quer de indivíduos isolados, quer em povoamento) implica o cumprimento do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, pelo que esta situação deverá ser assegurada previamente à ampliação desta exploração de massas minerais. - Neste âmbito, alerta-se para o facto que deverá ser solicitada a respetiva Declaração de Imprescindível Utilidade Pública, conforme previsto no artigo n.º 69 do referido Decreto-Lei, caso a área a afetar corresponda a um povoamento de azinheira. - Uma vez que está previsto a utilização de espécies florestais no Plano Ambiental de Recuperação Paisagístico, este deve cumprir com o estipulado no regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho. - Estando parte da área objeto do presente projeto inserida no Perímetro Florestal da Batalha, deverá ser obtida a autorização junto das Assembleias de Compartes detentoras dos direitos sobre os terrenos baldios onde se localiza a exploração. <p>Implementar uma Medida de Minimização que preveja a não intervenção das zonas de defesa em todo o perímetro da área a licenciar, promovendo a condução das espécies arbóreas autóctones aí existentes, devendo esta área ser devidamente balizada para não permitir quaisquer trabalhos de pedreira.</p> <p>No seu parecer a <u>DRAP LVT</u> constatou, que de acordo com a delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN) para o concelho de Ourém, as intervenções previstas se situam em áreas integradas nessa restrição de utilidade pública. Assim, deverá ser solicitado parecer prévio à Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo, órgão colegial que a DRAPLVT integra e preside, para efeitos de viabilidade/conformidade das utilizações não agrícolas propostas, no âmbito do disposto nos artigos 22º e 23º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, e do regulamentado pela Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril.</p> <p>A ANPC, na perspetiva de salvaguarda de pessoas e bens, enuncia as seguintes medidas a implementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equacionar, durante a fase de construção as acessibilidades e espaço de estacionamento privilegiado destinado aos organismos de socorro a envolver em situações de acidente/emergência.
--	---

- Assegurar a limpeza do material combustível na envolvente da área, de modo a garantir a existência de uma faixa de segurança contra incêndios, no âmbito dos regimes jurídicos aplicáveis.
- Garantir as distâncias das zonas de defesa referidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, relativamente aos objetos a proteger nos termos do estabelecido no anexo II do referido diploma.
- Assegurar o cumprimento das normas de segurança respeitantes ao armazenamento de matérias perigosas no espaço físico da instalação. Os locais de armazenamento deverão estar devidamente assinalados e compartimentados, com vista a evitar situações de derrame, explosão ou incêndio.
- Assegurar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio, no que diz respeito ao armazenamento de produtos explosivos.
- Assegurar o cumprimento do Regulamento Técnico da Segurança contra Incêndios em Edifícios, que foi estabelecido pelo Decreto-lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual, e demais portarias técnicas complementares, em particular a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro.

No parecer remetido a EDP Distribuição informa que a Pedreira Cabeço da Raposa é alimentada por uma Linha Aérea de Média Tensão que liga com o Posto de Transformação de Cliente ORM 241, explorado a 30kV. Todas as infraestruturas existentes são exploradas a 30 kV e estão, com exceção do Posto de Transformação de Cliente, integradas na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) concessionadas à EDP Distribuição.

Enuncia um conjunto de quesitos a cumprir:

- Em qualquer caso, durante e após o movimento de cargas, bem como na construção de edificações na proximidade da linha, deverá ser garantido o cumprimento estrito das distâncias mínimas de segurança à linha de alta tensão, nomeadamente as impostas pelo Art.º 29 do Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão, aprovado pelo Decreto Regulamentar N.º 1/92 de 18 de fevereiro.
- No decorrer de eventuais trabalhos, na proximidade das infraestruturas existente, deverão ser salvaguardadas as distâncias de segurança previstas na legislação, nomeadamente nos artigos 282º, 290º e 300º do Decreto Regulamentar n.º 1/92.

	<ul style="list-style-type: none"> – Preservar os corredores e zonas de proteção das linhas aéreas de Média Tensão existentes, considerando para o efeito as distâncias previstas no ponto 2 do artigo 28º do Decreto Regulamentar n.º 1/92; – Caso se verifique a necessidade de alterar alguma infraestrutura elétrica existente, por abertura de novas vias de circulação ou construção e/ou ampliação de edificações, deverão solicitar atempadamente a intervenção nas mesmas. As intervenções em causa serão enquadradas de acordo com o Decreto-Lei n.º 43335, de 19 de novembro de 1960. – Face à existência de infraestruturas elétricas nas proximidades, caso o requerente o entenda, poderá solicitar o acompanhamento por parte da EDP Distribuição de eventuais trabalhos, podendo ser utilizados os canais disponibilizados para o efeito, nomeadamente o que se encontra em www.edpdistribuicao.pt.
<p>Síntese do resultado da consulta pública e sua consideração na decisão</p>	<p>Em cumprimento do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis entre 18 de março e 30 de abril de 2019.</p> <p><u>Síntese dos resultados da Consulta Pública</u></p> <p>O Gabinete do Estado Maior da Força Aérea, a Autoridade Nacional da Aviação Civil, a Autoridade Nacional de Comunicações e a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) nada têm a opor por não haver afetação de servidões ou interferência com condicionantes no âmbito das suas competências.</p> <p>O Turismo de Portugal considerou que do ponto de vista turístico este projeto não irá gerar impactes negativos significativos na atividade turística, sublinhando, contudo, os impactes expectáveis ao nível da paisagem, relevando-se a necessidade de adequada implementação das medidas de minimização previstas.</p> <p>O Município de Ourém considerou os impactes ambientais na população locais muito atenuados tendo em conta a distância da localidade de Giesteira à pedreira, pelo emitiu parecer favorável condicionado a um conjunto de exigências.</p> <p>Para a Junta de Freguesia Fátima existem aspetos favoráveis neste Projeto, nomeadamente, a criação e manutenção de postos de trabalho e o desenvolvimento económico da zona em questão. No entanto, devem ser atendidos e compensados os impactes sobre a população residente na sua envolvente, nomeadamente na localidade da Giesteira.</p>

	<p>Assim, como compensação, propõe que o proponente financie a criação de um parque infantil nesta localidade, bem como o fornecimento de materiais necessários à requalificação das instalações do “Giesta Sport Clube”, requalificação já projetada e cuja execução se irá realizar a curto prazo.</p> <p>A Direção-Geral do Território emitiu apreciação desfavorável até à resolução de questões de incumprimento associadas à cartografia que sustenta o projeto, pelo facto da mesma não se encontrar homologada e não dar cumprimento ao estipulado n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 141/2014 de 19 de Setembro e ao previsto no artigo 8.º do mesmo diploma.</p> <p><u>Consideração dos resultados da Consulta Pública na decisão</u></p> <p>A maior das exposições apresentadas em sede de consulta pública expressa uma posição favorável à implementação do projeto, condicionada à adoção das medidas de mitigação e/ou compensação propostas. A posição desfavorável da DGT não está associada ao projeto em si, mas a questões de incumprimento das regras para uso e apresentação de cartografia.</p> <p>As questões colocadas pelo Município de Ourém integram os termos e condições abaixo identificados, a cumprir pelo proponente do projeto.</p> <p>No que se refere à proposta de compensação para a população da Giesteira, considera-se que a mesma não está diretamente relacionada com os eventuais impactos negativos do projeto sobre a população envolvente, ultrapassando o âmbito desta avaliação.</p> <p>Assim, ficará ao critério do proponente a sua eventual aceitação e concretização.</p>
<p>Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes</p>	<p>Na área do projeto vigoram dois Planos Diretores Municipais (PDM), o de Ourém e o da Batalha.</p> <p><u>Plano Diretor Municipal de Ourém</u></p> <p>O projeto objeto do EIA é distinto do que foi sujeito aos dois processos RERA que antecederam o presente procedimento de AIA e no âmbito dos quais foi obtida deliberação favorável condicionada nas conferências decisórias. O projeto objeto do EIA apresenta áreas ligeiramente inferiores para as ações/edificações existentes e acrescentando uma construção (ampliação) indicada como “pavilhão 3” com 500 m² que, não estando incluída nos pedidos efetuados ao abrigo do RERA, não foi coberta pela respetiva alteração do PDM de Ourém. Essa desconformidade é ultrapassada, para as pretensões apreciadas e decididas no âmbito do RERA que excluem o “pavilhão 3”, pela alteração do PDM publicada pelo Aviso n.º 11739/2018 de 20/8.</p> <p>O “pavilhão 3” não estando incluído nos pedidos decididos no âmbito do RERA encontra-se em desconformidade com os usos prescritos para o</p>

	<p>“Espaço Agroflorestal” regulado pelos artigos n.º 55.º e 56.º do PDM de Ourém.</p> <p>No que se refere à REN considerando a apreciação/decisão no âmbito do RERAE e havendo lugar à pronúncia favorável da CCDR LVT em sede do presente procedimento de AIA, a mesma configura uma autorização nos termos do n.º 7 do artigo 24.º do regime da REN (Decreto-lei n.º 239/2012 de 2 de novembro).</p> <p>De salientar que para a ampliação da unidade de britagem “M4”, para a central de betão e para a ampliação da pedreira deve proceder-se à comunicação prévia nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 239/2012 de 2 de novembro).</p> <p>Quanto ao “pavilhão 2”, estando assegurado o adequado enquadramento no PDM de Ourém e a ser emitido parecer favorável da CCDRLVT poderá a Câmara Municipal de Ourém providenciar a alteração da delimitação da REN por procedimento simplificado nos termos do respetivo regime legal.</p> <p>O “Pavilhão 3” não é aceite por exceder as componentes avaliadas e viabilizadas no âmbito do RERAE e não estar enquadrado no PDM de Ourém.</p> <p><u>Plano Diretor Municipal da Batalha</u></p> <p>Conclui-se ser o projeto globalmente compatível com a 1ª Revisão do PDM da Batalha, relevando os pareceres favoráveis já emitidos pela CCDRC e pela Câmara Municipal da Batalha relativamente à regularização da pedreira e da unidade industrial no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE).</p> <p>Assim, no âmbito da Reserva Ecológica Nacional emite-se parecer favorável condicionado a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – regularização da ampliação da pedreira para os efeitos do disposto no n.º 7 do artigo 24.º do RJREN. – regularização da unidade industrial, através da prévia alteração da delimitação da REN aprovada pela Portaria n.º 59/2016 de 30 de março, na área em causa, nos termos previstos no n.º 2 artigo 13.º do RERAE e no artigo 16.º-A do RJREN.
<p>Razões de facto e de direito que justificam a decisão</p>	<p>O projeto em apreciação pretende ampliar a área de exploração e licenciar os Anexos de Pedreira, regularizando a atividade económica desenvolvida.</p> <p>Salientam-se os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Trata-se de uma pedreira em exploração há quinze anos que produz britas e filler e pretende voltar a produzir betão. – A laboração da pedreira induz um impacto positivo ao nível das atividades económicas e do emprego uma vez que as alterações contribuem para um

	<p>aumento dos atuais postos de trabalho diretos e indiretos e para um acréscimo de produção, que se reflete num incremento no volume de negócios, local e regional.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi excluída do projeto uma área onde se identificou a presença do <i>Habitat 6210 "Prados secos seminaturais e fâcies arbustivas em substrato calcário" (Festuco-Brometalia) importante habitat de orquídeas</i>. <p>Da avaliação desenvolvida destaca-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os impactes negativos decorrentes das alterações na morfologia do terreno pela exploração da massa mineral, que serão minimizados pelo enchimento parcial e implementação do PARP - Os impactes negativos significativos na qualidade do ar na envolvente da pedreira uma vez que existe risco de incumprimento do valor limite diário definido na legislação para PM₁₀. Estes impactes podem ser minimizados com implementação de medidas de redução das emissões de partículas em suspensão definidas. - A potencial contaminação do solo em caso de acidente no enchimento dos depósitos de combustível das máquinas e equipamentos na frente de trabalho, em caso de fuga ou derrame de combustível ou óleos lubrificantes ou hidráulicos das máquinas e equipamentos na frente de desmonte ou no transporte do material extraído para a britagem. Tendo em conta a inexistência de solo na área em exploração, deixando exposto e vulnerável o maciço calcário, bastante carsificado, há risco de infiltração de combustíveis e óleos no substrato rochoso e de contaminação do aquífero. - A afetação de espécies e habitats com estatuto de proteção, sendo propostas medidas de minimização para minorar estes impactes. - Um acréscimo de ruído no período diurno, sem contudo ocorrer ultrapassagem dos valores limite estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído (Decreto-lei n.º 9/2007). - A afetação de cerca de 500 m² de solos integrados na Reserva Agrícola Nacional no concelho de Ourém. Esta afetação não é significativa dada reduzida dimensão da área em causa. - A afetação de solos, mas pouco significativa, tendo em conta as suas características específicas, prevendo-se a sua colocação em pargos a utilizar na recuperação paisagística da pedreira. - A eventual afetação de cavidades cársticas, com interesse geológico e arqueológico.
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> - A interferência direta das ações associadas ao projeto com elementos de valor etnográfico identificados (muros), resultando, desta forma, em impactes negativos, embora pouco significativos. - Os impactes na paisagem que implicarão a perda irreversível de valores visuais naturais e culturais relevantes por afetação da integridade física dos mesmos. Contudo, uma vez que a Área de Estudo não oferece pontos de visualização relevantes e numerosos sobre a área do projeto, a par da ocorrência de várias áreas florestais que se constituem como barreira visual e natural e de um conjunto de elevações naturais do terreno na envolvente a projeção do impacte visual negativo é limitada. - A afetação parcial do Perímetro Florestal da Batalha. <p>Face ao exposto, conclui-se que embora o projeto induza impactes negativos os mesmos podem ser mitigados com a implementação de um conjunto de medidas, salientando-se a importância da execução do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística. Afigura-se ainda pertinente a adoção de programas de monitorização que irão permitir acompanhar a evolução do projeto, verificar a eficácia das medidas propostas e eventual necessidade de adaptação das mesmas.</p> <p>Assim, face aos impactes positivos identificados e tendo em consideração que os impactes negativos acima referidos podem ser, na sua generalidade, passíveis de minimização, emite-se decisão favorável, condicionada ao cumprimento dos termos e condições expressos no presente documento.</p>
--	--

Condicionantes	
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dar cumprimento integral ao plano de lavra sujeito a este procedimento de AIA e os planos que o integram: Plano Ambiental e de Recuperação e Paisagística, Plano de Gestão de Resíduos e o Plano de Segurança e Saúde. 2. Não construir o Pavilhão 3, por exceder as componentes avaliadas e viabilizadas no âmbito do RERAE e o mesmo não se encontrar enquadrado no PDM de Ourém. 3. Obter pronúncia da Entidade Regional da Reserva Agrícola (RAN) de Lisboa e Vale do Tejo relativamente à interferência com solos classificados como RAN. 4. Em caso de afetação de azinheiras (quer de indivíduos isolados, quer em povoamento) atender ao disposto no Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, devendo para o efeito ser solicitada a respetiva Declaração de Imprescindível Utilidade Pública, conforme previsto no artigo n.º 69 do referido Decreto-Lei. 5. Obter a respetiva autorização junto das Assembleias de Compartes detentoras dos direitos sobre os terrenos baldios onde se localiza a exploração, atendendo que parte do projeto se encontra inserida no Perímetro Florestal da Batalha.

Elementos a apresentar

Previamente ao licenciamento, apresentar à Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), para análise e pronúncia, os seguintes elementos:

1. Caracterização mais detalhada dos valores naturais em presença da área de ampliação da pedreira e envolvente, nomeadamente o Habitat 6210 Prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (Festuco-Brometalia) importantes habitats de orquídeas e de *Arabis Sadina*, garantindo a não exploração dessas áreas (área já excluída e eventuais áreas adicionais). Com base nessa caracterização devem ser identificadas:
 - a) Áreas adjacentes à pedreira que garantam uma continuidade dos habitats prioritários que serão afetados pelo projeto, visando assim promover o seu aumento e/ou regeneração do habitat e de espécies relevantes do ponto de vista da conservação da natureza, com o objetivo de contribuir para a manutenção dos valores atuais em presença.
 - b) Áreas com aptidão para efetuar a transplantação de indivíduos e recolha de sementes, devendo estas áreas passar a ser devidamente monitorizadas e consideradas no programa de monitorização.
2. Plano de Ordenamento do Espaço da Área da Unidade Industrial e de *Stocks* cujo objetivo é o de reduzir o impacto visual, a propagação de poeiras com efeitos nefastos na qualidade da vegetação envolvente e na qualidade de vida – saúde e bem-estar – dos trabalhadores internos e das pessoas residentes nas proximidades e reduzir o risco potencial de instalação e propagação de espécies exóticas invasoras. A proposta deve ser elaborada de acordo com as seguintes orientações:
 - a) Elaboração por um Arquiteto Paisagista ou com a sua colaboração.
 - b) Estabelecimento de um prazo curto a médio para implementação integral do plano.
 - c) Estabelecimento das fases intermédias e prazos de cumprimento parciais.
 - d) Redução das áreas perturbadas e redefinição por recuo do limite da área da unidade industrial (AUI), a curto prazo.
 - e) Definição clara de limites para além dos quais não deve haver perturbação e implementação de barreiras, a curto prazo.
 - f) Definir faixa de proteção aos muros de pedra seca existentes.
3. Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) revisto de acordo com as seguintes orientações:
 - a) Elaboração por um Arquiteto Paisagista ou com a sua colaboração.
 - b) Entregar como documento autónomo composto por peças escritas e desenhadas.
 - c) Peças escritas: Memória descritiva; Caderno de Encargos; Medições e Cronograma de Manutenção.
 - d) Peças Desenhadas: Plano Geral; Plano de Modelação; Plano de Plantações; Plano de Sementeiras e cortes devendo estes ter relação real com a proposta de plantação.
 - e) Faseamento em função dos objetivos de curto, médio e longo prazo.

f) Proposta de calendarização em cronograma e expresso em cartografia.

Primeira Fase, a curto prazo:

- Desmontagem e remoção de todos os materiais metálicos – bidões e chapas -, borrachas (pneus), manilhas e blocos de betão, paletes, máquinas e equipamentos e cabos sem uso e dispersos.
- Remoção dos vários depósitos de inertes de pequena dimensão e de blocos de pedra dispersos.
- Limpeza minuciosa das áreas em questão de outro tipo de materiais e resíduos vários.
- Definição para cada área em causa das ações – limpeza, lavra e descompactação - a implementar nas áreas libertas da AUI, de *stocks*, de equipamentos diversos e da zona de camiões a norte. A planificar em cartografia.
- Recuperação das áreas resultantes da redefinição dos limites por recuo da área perturbada e consequente integração paisagística, sobretudo a de estacionamento dos camiões e *stocks* a norte, devem ser compatibilizadas com o Plano de Ordenamento do Espaço da Área da Unidade Industrial e de *Stocks*.
- Integração da área da Unidade Industrial (AUI) com constituição da cortina arbórea no perímetro da AUI e zona de defesa proposta e constituição de novas “ilhas verdes” e reconstrução/reforço das existentes dentro desta.
- Constituição da cortina arbórea na extensão compreendida entre o extremo norte da área do Habitat prioritário 6210 (*Arabis sadina*) e o topo norte do local de estacionamento de camiões, ou seja, o lado nascente.
- Constituição da cortina arbórea na extensão correspondente ao limite da atual exploração no quadrante O-S.
- A formação das cortinas arbóreas deve ser constituída por dois/três alinhamentos de árvores paralelos entre si, com a plantação dos exemplares arbóreos desencontrada.
- Libertar a base das árvores existentes dos aterros existentes sobre os troncos das mesmas.

Segunda Fase, a médio prazo:

- Recuperação e integração da área atualmente em exploração com exceção das áreas onde os *stocks* devem permanecer.
- Constituição da cortina arbórea perimetral e zona de defesa da nova área a explorar correspondente à área proposta no EIA como “Fase 1”.

Terceira Fase, a médio prazo:

- Recuperação e integração da nova área a explorar correspondente à área proposta no EIA como “Fase 1”.
- Constituição da cortina arbórea perimetral e zona de defesa da nova área a explorar correspondente à área proposta no EIA como “Fase 2”, nas extensões ainda em falta.

Quarta Fase, a longo prazo:

- Recuperação e integração da nova área a explorar correspondente à área proposta no EIA como “Fase 2”.
 - As espécies a usar manter, no geral, de acordo com o proposto no EIA.
 - Reconsiderar a proposta de *Quercus suber* quanto à localização, dado o enchimento de materiais inertes e rochosos da corta não oferecer as condições adequadas e suficientes para a instalação e crescimento saudável de indivíduos de sobreiro.
 - Os elementos arbóreos devem ser em maior número e o porte e altura devem ser especificados.
 - Proposta de modelação da superfície do enchimento de modo a criar irregularidade através da construção de zonas depressionárias e de pequenas elevações.
 - Deposição da terra viva/vegetal existente proveniente apenas da decapagem. Não deverá ser colocada terra viva/vegetal proveniente de qualquer outra origem externa ao local da pedreira.
 - Identificar, delimitar e proteger as manchas de espécies autóctones que ocorram nas zonas de defesa ou mesmo dentro da AUI. Devem ser identificadas graficamente em cartografia adequada.
 - Apresentação de certificado de origem das espécies a usar e/ou recolha de semente/propágulos locais.
 - Na Memória Descritiva e/ou no Caderno Técnico de Encargos deve ser reforçada de forma taxativa a necessidade de assegurar um controlo muito exigente quanto à origem das espécies vegetais a usar, com referência clara à *Xylella fastidiosa multiplex*, devendo ser, inclusive, considerada a introdução de claras restrições geográficas quanto à obtenção dos exemplares em causa, sobretudo tendo em consideração a elevada proximidade com o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, área protegida.
4. Proposta de programa de monitorização da saúde da população afetada, de modo a possibilitar a aferição do impacto na saúde da população, decorrente da existência desta pedreira e da sua ampliação. O programa a desenvolver deve considerar, nomeadamente, a identificação e avaliação do:
- a) Impacte da exposição ao ruído ambiental resultante da atividade;
 - b) Impacte da exposição respiratória a substâncias, partículas e poeiras resultantes das atividades inerentes à atividade.

Medidas de minimização

A Autoridade de AIA deve ser previamente informada da atribuição de licença de exploração e do início da exploração das novas áreas de ampliação, bem como do respetivo cronograma da obra, de forma a possibilitar o desempenho das suas competências em matéria de pós-avaliação.

De acordo com o artigo 27.º do Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, devem ser realizadas auditorias por verificadores qualificados pela APA. A realização de auditorias deve ter em consideração o

documento “Termos e condições para a realização das Auditorias de Pós-Avaliação”, disponível no portal da APA.

Atendendo a que o projeto em causa não tem uma fase de construção, as duas auditorias previstas na disposição acima referida devem ser realizadas durante o primeiro e terceiro anos de exploração das áreas de ampliação. Os respetivos Relatórios de Auditoria devem seguir o modelo publicado no portal da APA e ser remetidos pelo proponente à Autoridade de AIA no prazo de 15 dias úteis após a sua apresentação pelo verificador.

Qualquer alteração ao plano de lavra ou alteração das condições de exploração deve ser comunicada e submetida à apreciação da Autoridade de AIA, no sentido de acautelar que as condições e medidas de minimização preconizadas cumprem os objetivos a que se destinam.

FASE DE PREPARAÇÃO PRÉVIA À EXPLORAÇÃO

1. Delimitar e identificar no terreno desde o início do projeto de ampliação, as zonas de exploração previstas no Plano de Lavra.
2. Efetuar a piquetagem dos limites da área a intervencionar, previamente às ações de desmatamento e decapagem, de modo a garantir a não afetação de áreas adjacentes.
3. Os locais de deposição de stocks de materiais e terra viva devem ser os definidos no projeto sujeito a EIA e constantes no Anexo B (Aditamento ao EIA).

FASE DE EXPLORAÇÃO

4. A laboração da pedra e anexos apenas pode ser realizada nos dias úteis das 8h às 17h.
5. Em situações excecionais, para suprir necessidades de encomendas urgentes, a mesma pode decorrer entre as 7 horas e as 20 horas.
6. É proibida a laboração da pedra e anexos nos períodos de entardecer (das 20h às 23h) e noturno (das 23h às 7h).
7. Efetuar a desmatamento e decapagem de forma progressiva, em função do avanço da lavra, seguindo estritamente o disposto no Plano de Pedreira.
8. Proceder à decapagem superficial dos terrenos logo após o arranque da vegetação de modo a evitar-se a exposição do solo aos agentes erosivos, e consequente produção de sedimentos suscetíveis de alcançar os meios hídricos.
9. Limitar a destruição do coberto vegetal às áreas estritamente necessárias à execução dos trabalhos e convenientemente replantadas no mais curto espaço de tempo possível (de acordo com a fase da recuperação em função da lavra).
10. Transportar e depositar os estêreis o mais rapidamente possível para as áreas a modelar definitivamente, evitando a permanência e acumulação destes materiais no interior da pedreira.
11. Agrupar as terras resultantes das ações de decapagem em pargas localizadas no interior da área da própria pedreira, evitando a necessidade de se ocuparem, mesmo que temporariamente, áreas exteriores envolventes.
12. As pargas deverão apresentar uma estrutura estreita, comprida e com uma altura nunca superior a 2,00 m, com o cimo ligeiramente côncavo para uma boa infiltração da água. As mesmas deverão ser

- semeadas com tremocilha ou abóbora à razão de 3 g/m² para evitar o aparecimento de ervas infestantes e melhor conservar esses solos.
13. Limitar as áreas de circulação de veículos e máquinas de modo a diminuir a erosão e compactação do solo.
 14. Controlar a velocidade dos veículos e máquinas pesadas no interior da área da pedreira, para minimizar a ressuspensão de poeiras.
 15. Proceder à lavagem das viaturas pesadas e dos rodados numa área impermeabilizada e em sistema de drenagem fechado, antes de saírem para via pública de forma a garantir que estão isentas de poeiras ou lamas, que possam entrar em suspensão com a passagem dos veículos.
 16. Otimizar a circulação e acesso à pedreira, tendo em conta as variáveis distância, rapidez de acesso, perturbação de populações e atividades existentes e efeitos cumulativos com outros agentes.
 17. A circulação de veículos pesados afetos ao transporte de materiais junto a aglomerados populacionais, ou no interior destes, terá que processar-se sempre apenas entre as 8 h e as 20 h, de forma a salvaguardar a qualidade de vida e a saúde física e mental da população durante as horas de descanso.
 18. Todas as operações de manutenção de equipamentos que envolvam a produção de resíduos no interior da pedreira deverão ser efetuadas na oficina existente, de forma a garantir a não ocorrência de contaminação das águas subterrâneas por infiltração dos poluentes.
 19. Assegurar a manutenção e revisão periódicas de todas as viaturas, máquinas e equipamentos presentes, sendo mantidos registos atualizados dessa manutenção e/ou revisão por equipamento de acordo com as especificações do respetivo fabricante, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização das emissões gasosas, dos riscos de contaminação dos solos e das águas, e de forma a dar cumprimento às normas relativas à emissão de ruído.
 20. Garantir unicamente a presença em obra de equipamentos que apresentem homologação acústica nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção.
 21. Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos no solo, deve proceder-se à recolha do solo contaminado, se necessário com o auxílio de um produto absorvente adequado, e ao seu armazenamento e envio para destino final ou recolha por operador licenciado.
 22. Os depósitos de areia e/ou serradura destinados a ser utilizados para conter as fugas/derrames deverão localizar-se em todas as frentes de desmonte ativas, bem como em locais estratégicos no(s) trajeto(s) do material extraído para as instalações industriais, nomeadamente para a unidade de britagem.
 23. Em caso de acidente, a fuga/derrame dos hidrocarbonetos (combustíveis, lubrificantes ou outros), deverá ser imediatamente contida e o solo/rocha contaminado escavado até que não sejam perceptíveis vestígios do produto derramado, devendo esses solos e rochas ser temporariamente armazenados sobre tela plástica impermeável e cobertos com tela do mesmo tipo, enquanto aguardam envio para destino final adequado. Quaisquer escorrências que ocorram no armazenamento temporário devem ser recolhidas e encaminhadas para o separador de hidrocarbonetos.

24. A localização do armazenamento temporário dos solos e rochas contaminados deverá ser previamente definida e o local pré-preparado para estar pronto a receber os materiais contaminados, a qualquer momento, na eventualidade de ser necessário.
25. Deverá ser dada formação específica aos funcionários e preparado um plano de intervenção a implementar em caso de fuga ou derrame de combustíveis ou óleos.
26. Suspender a escavação se houver interseção do nível freático durante a lavra da pedreira e comunicar de imediato à APA.
27. Assegurar o correto armazenamento temporário dos resíduos produzidos na extração, de acordo com a sua tipologia e em conformidade com a legislação em vigor. A deposição de resíduos em zonas de máxima infiltração é interdita.
28. Assegurar a manutenção e revisão periódicas da fossa estanque assegurando a sua estanquicidade e o seu esvaziamento atempado.
29. Proceder à manutenção do estado de limpeza dos órgãos de drenagem pluvial.
30. Assegurar que são selecionados os métodos de desmonte e os equipamentos que originem menor ruído possível.
31. Proceder ao humedecimento (aspergir água) nas áreas em que se produzam mais poeiras (vias de acesso interiores e exteriores à pedreira, áreas de circulação nas frentes de desmonte e de carga de produto acabado). Esta operação poderá ser feita com recurso a colocação de sistemas de rega automática, a viatura cisterna adequada ou a dispositivos de aspersão móvel. Esta humedificação deve ser feita nos dias secos e quentes e nos restantes períodos do ano, sempre que a humidade do solo seja inferior a 70% e/ou se verifique visualmente o levantamento de poeiras.
32. Reduzir a área a aspergir, e consequentemente o volume de água despendido com as operações de aspersão, limitando a área de movimentação de máquinas e de veículos pesados (colocando barreiras móveis nomeadamente para reduzir os percursos utilizáveis), recorrendo cobertura das áreas de materiais sujeitos a erosão eólica, procedendo à limpeza e manutenção dos acessos interiores e exteriores da pedreira, não permitindo a acumulação de grandes quantidades de partículas.
33. Adotar soluções de redução dos níveis de empoeiramento nas instalações de britagem, moagem e central de betão, designadamente:
 - Blindar as instalações de fragmentação e crivagem (instalação de estruturas que isolem e/ou cubram alguns equipamentos);
 - Instalar sistemas de despoeiramento;
 - Reduzir a altura da queda de material na alimentação e na descarga;
 - Reduzir a altura da queda dos materiais;
 - Descarga de materiais no centro da tela;
 - Proceder ao ligeiro humedecimento dos materiais no interior do circuito de britagem;
 - Efetuar a manutenção preventiva dos sistemas de despoeiramento da instalação, assegurando um funcionamento eficaz;
 - Cobrir os tapetes de transporte de materiais.

34. Os camiões de transporte de material inerte de pequena granulometria, sujeitos a erosão eólica, deverão circular com a carga coberta por uma lona mesmo dentro da área da pedreira.
35. Garantir a existência de água com qualidade de água para consumo humano nas instalações sociais/chuveiros (dando cumprimento ao exigido na atual redação do Decreto-Lei n.º 306/2007 e 27 de agosto o Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro). Caso seja utilizada a água da captação existente, a mesma deve ser submetida a uma desinfecção, de modo a garantir um residual de cloro entre 0,2 e 0,6 mg/l, que funcionará como barreira sanitária a qualquer contaminação.
36. Caso seja utilizado termoacumulador para aquecimento de água nos balneários implementar um programa de prevenção e controlo de *Legionella* na instalação, com vista à salvaguarda da saúde dos seus trabalhadores.
37. Privilegiar a população local como base de recrutamento para os postos de trabalho a criar. A contratação preferencial de trabalhadores locais, desde que reúnam as competências necessárias, deve ser priorizada com o objetivo de reduzir os níveis locais de desemprego e de favorecer uma maior aceitação social do projeto por parte da população.
38. Definir, com o objetivo de conservação da Flora Protegida que venha a ser afetada pelo projeto, áreas com aptidão de modo a que seja efetuada a transplantação de indivíduos e recolha de sementes, devendo estas áreas passar a ser devidamente monitorizadas e consideradas no programa de monitorização.
39. Não realizar atividades que impliquem a remoção do coberto vegetal no período de reprodução da maioria das espécies mais sensíveis, ou seja entre 1 de março e 1 de junho.
40. Não intervir nas zonas de defesa em todo o perímetro da área a licenciar, promovendo a condução das espécies arbóreas autóctones aí existentes, devendo esta área ser devidamente balizada para não permitir quaisquer trabalhos de pedreira.
41. Desenvolver ações de sensibilização ambiental destinadas ao pessoal da pedreira sensibilizando para a conservação das comunidades vegetais e faunísticas, para o respeito das áreas de não intervenção, cumprimento das medidas de minimização aprovadas e manuseamento de materiais potencialmente nocivos para o ambiente como óleos, combustíveis e outras substâncias.
42. Caso haja necessidade de criar novos acessos no recorrer da exploração, não deverão ser derrubados exemplares de azinheiras, mesmo que de porte arbustivo. Em caso imprescindível, deverá previamente ser solicitada autorização para abate às entidades competentes, e proceder à compensação destes abates de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro;
43. Efetuar o acompanhamento arqueológico permanente na fase de desmatção e decapagem superficial do terreno e em todas as etapas que impliquem mobilização de sedimentos, sendo que no caso de serem encontradas ocorrências patrimoniais o mesmo implicará a definição de medidas particulares e pontuais.
44. Realizar trabalhos de acompanhamento arqueológico, de forma periódica durante a fase de exploração, de forma a identificar eventuais cavidades cársticas que surjam. Para os trabalhos de acompanhamento, a equipa de arqueologia deve ser constituída por um espeleio-arqueólogo com experiência em contextos cársticos.

45. Se, durante os trabalhos de exploração da pedreira, for detetada alguma cavidade cárstica deve a entidade exploradora proceder à notificação da tutela, de forma a viabilizar uma avaliação do seu interesse arqueológico.
46. Durante a exploração sempre que seja verificado a presença de eventuais ocorrências de valores geológicos, a empresa deverá informar a tutela da Licença, a Direção Geral de Energia e Geologia e o LNEG, a fim de identificar a necessidade de preservação do mesmo e a metodologia a aplicar para a sua preservação.

FASE DE DESATIVAÇÃO

47. Apresentar à Autoridade de AIA, para análise e aprovação, um Plano de Desativação da pedreira e respetivos anexos identificando as ações a realizar, a forma de implementação das mesmas, a sua calendarização/ faseamento, e a(s) entidade(s) responsável(eis) pela sua implementação. Deve ter em conta a legislação aplicável à data e integrar as medidas propostas para outras fases aplicáveis à desativação.
48. Garantir que todas as áreas afetadas pelas atividades associadas à exploração da pedreira são devidamente recuperadas, de acordo com Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística.
49. Proceder à limpeza, descompactação e arejamento de todos os solos de áreas adjacentes à zona de lavra que possam eventualmente ter sido afetados durante a fase de exploração.

Medidas de compensação

1. Com base nos resultados obtidos no contexto do Elemento n.º 3 da presente decisão, efetuar a transplantação de indivíduos e recolha de sementes, devendo estas áreas passar a ser devidamente monitorizadas e consideradas no programa de monitorização.

Programas de monitorização

1. Programa de Monitorização da Qualidade das Águas Subterrâneas

A monitorização da qualidade da água tem como principais objetivos avaliar a qualidade das águas face às atividades que decorrem consequência da continuidade da exploração da pedreira.

Parâmetros a monitorizar

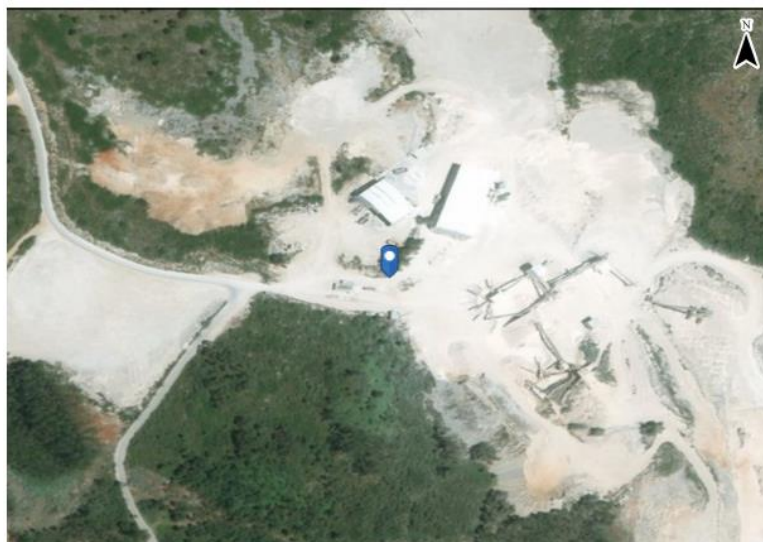
A análise da qualidade das águas consiste na determinação analítica dos parâmetros que constam do quadro seguinte:

Parâmetros	Unidades
pH	Escala de Sorensen
Cor	mg/l, escala Pt-Co
Turvação	UNT
Sólidos Suspensos Totais	Mg/l
Óleos e gorduras	µg/l
CBO5	Mg/lO ₂
CQO	Mg/lO ₂
Cloretos	Cl mg/l
Condutividade	mS/cm
Dureza	Mg/l CaCO ₃
Azoto amoniacal	N mg/l
Chumbo total	PB mg/l
Zinco total	Zn mg/l
Crómio total	Cr mg/l
Cobre total	Cu mg/l
Alumínio total	Al mg/l
Níquel total	Ni mg/l
Estreptococcus fecais	/100 ml
Coliformes fecais	/100 ml
Coliformes totais	/100 ml

Monitorizar ainda a qualidade da água do furo face aos valores apresentados para alguns parâmetros (azoto amoniacal e Hidrocarbonetos Dissolvidos ou Emulsionados) na análise realizada em 17 de dezembro de 2018.

Locais de amostragem

A recolha de água subterrânea será feita no furo existentes na área da Pedreira do Cabeço da Raposa.



Periodicidade de amostragem e duração do programa

A periodicidade dos relatórios de monitorização deve ser anual. Estes relatórios devem ser entregues o mais tardar até ao último dia de fevereiro do ano imediatamente a seguir ao ano a que se refere a monitorização. Os relatórios devem ser elaborados em conformidade com o estipulado no anexo V da Portaria 395/2015, de 4 de novembro.

Na análise anual a efetuar aos resultados analíticos medidos, além da referência legal (anexo I do DL 236/98, deve comparar-se com os valores medidos em cada ano do registo histórico, de modo a encontrar a tendência de evolução da qualidade da água amostrada.

O promotor pode solicitar a revisão do plano de monitorização ao fim de 5 anos, tendo em atenção a análise do respetivo registo histórico.

Técnicas, métodos e equipamentos

A amostragem deverá ser realizada por pessoal especializado e deverá obedecer às normas técnicas vigentes e aplicáveis, com os devidos cuidados no manuseamento e acondicionamento das amostras. As determinações analíticas deverão ser efetuadas por laboratórios acreditado para os parâmetros selecionados.

Critérios de avaliação de desempenho

Propõe-se o seguinte critério de avaliação de desempenho Degradação da qualidade da água em relação aos valores estipulados pelo Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

Causas prováveis de desvio e medidas de gestão ambiental a adotar

Verificando-se desvios em parâmetros de qualidade que possam ser imputáveis à exploração da pedreira, as medidas a adotar são, essencialmente, de reforço da inspeção sobre o estado de manutenção dos equipamentos e da sua revisão periódica, monitorização das máquinas e veículos e particular cuidado na prevenção de acidentes.

2. Programa de Monitorização do Ambiente Sonoro

Parâmetros a monitorizar

Os parâmetros a monitorizar são:

- Lden
- Critério de Incomodidade

Locais de amostragem

As amostragens deverão ser realizadas no ponto onde se efetuou as medições na situação de referência.

Período de amostragem e duração do programa

A monitorização deverá ser realizada no mínimo uma vez por ano e o programa deverá ser avaliado e revisto ao fim dos primeiros 3 anos de exploração da área de ampliação.

Critério de avaliação de desempenho

Os critérios de avaliação de desempenho deverão estar em conformidade com o Decreto-Lei n.º 9 de 2007, de 17 de janeiro, designadamente:

- Critério de incomodidade

- Valores limites de exposição

Causas prováveis de desvio

Como causas prováveis de desvio apontam-se as seguintes:

- Inadequada conservação e manutenção dos equipamentos;
- Alteração de procedimentos produtivos.

Medidas de gestão ambiental a adotar em caso de desvio

Como medidas de gestão ambiental a adotar em caso de desvio propõe-se:

- Inspeção das folhas de registos de conservação e manutenção dos equipamentos;
- Reforçar o planeamento dos procedimentos produtivos.

3. Programa de Monitorização da Qualidade do Ar

Devem ser monitorizadas as concentrações de PM₁₀ (µg/m³).

Parâmetros a Monitorizar

O plano de monitorização deve incidir sobre a avaliação da concentração no ar ambiente de partículas em suspensão PM₁₀ (µg/m³).

Avaliação dos resultados

Os critérios de avaliação do descritor qualidade do ar baseiam-se numa estimativa das concentrações de PM₁₀ no ar ambiente expressa nos indicadores legais anuais para PM₁₀ (média anual e percentil 90,4 das médias diárias do ano (ou 36º máximo diário)) para cada local amostrado (junto aos recetores sensíveis), considerando os resultados da monitorização, os resultados das estações de monitorização fixas durante o período de monitorização e os indicadores anuais para as mesmas estações. Estas estimativas têm em vista a verificação do cumprimento dos valores limite de PM₁₀: anual (40 µg/m³ para a média anual) e diário (50 µg/m³ para o percentil 90,4 das médias diárias do ano ou 36º máximo diário). (valores definidos no Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro, alterado pelo Decreto - Lei n.º 43/2015, de 27 de março e pelo Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio, ou outros valores definidos em nova legislação que a revogue).

Locais de amostragem

A monitorização deve ser efetuada junto ao recetor sensível monitorizado no EIA, uma vez que de acordo com a modelação efetuada é representativo dos recetores mais próximos da pedreira, localizados a norte da mesma.

R2. Habitação a cerca de 690 metros a norte da área de pedreira.

Micro-localização dos pontos de amostragem e método de amostragem e análise

1. Devem seguir as indicações do Decreto-lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2015, de 27 de março e pelo Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio (ou legislação nova que a revogue).

O relatório de monitorização deve incluir documentação que demonstre que:

- o equipamento usado para a amostragem cumpre a Norma Europeia 12341:2014 (certificado emitido por entidade competente), ou que é equivalente (ensaios de intercomparação);

- foram implementados os procedimentos de manutenção e calibração do equipamento de acordo com as indicações do fabricante;
- quando usado equipamento gravimétrico, foram implementados os procedimentos de QA/QC definidos na Norma Europeia 12341:2014, relativamente à amostragem e pesagem dos filtros.

Período de amostragem em cada local

De acordo com o disposto no Anexo II, Decreto-lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro, alterado pelo Decreto - Lei n.º 43/2015, de 27 de março e pelo Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio (ou legislação nova que a revogue), relativo aos “Objetivos de qualidade dos dados” o período mínimo das amostragens para medições indicativas (onde se incluem as campanhas de monitorização de qualidade do ar, neste caso de PM₁₀), não poderá ser inferior a 52 dias no ano (14% do ano). É ainda referido que os 14% do ano devem corresponder a uma medição aleatória por semana, repartida de modo uniforme ao longo do ano, ou oito semanas repartidas de modo uniforme ao longo do ano.

Para a presente plano de monitorização o período de amostragem pode ser reduzido para um mínimo de 14 dias, desde que seja efetuada uma estimativa dos indicadores anuais de acordo com o descrito no ponto 2 do presente plano. O período amostrado deve ser representativo de um ano meteorológico, por exemplo não deve haver precipitação em mais de 10% dos dias amostrados e devem ser amostrados um período de inverno e um período de verão. O período poderá ser alterado em função dos resultados obtidos nos anos anteriores, nomeadamente em função das estimativas dos indicadores legais anuais para PM₁₀, ultrapassarem, ou não, 80% de algum dos valores limite (32 µg/ m³ para a média anual e 40 µg/ m³ para o 36º máximo das médias diárias do ano).

As amostragens devem decorrer num período representativo do normal funcionamento e produção da pedreira para o ano em avaliação.

Frequência de amostragem

A frequência de amostragem deverá ser definida em função dos resultados das monitorizações anteriores.

Relatório e interpretação de resultado

A estrutura e conteúdo do relatório, a entregar no final de cada ano em que tenham sido efetuadas amostragens, devem seguir o definido no N.º 1 do Anexo V, relativo aos relatórios de monitorização, da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro.

Relativamente à interpretação dos resultados da monitorização considera-se fundamental a inclusão da seguinte informação:

- Análise dos resultados da campanha em conjunto com os resultados de estações fixas para o mesmo período (gráfico e tabela), devendo ser apresentada uma estimativa para os indicadores legais anuais para PM₁₀ (média anual e 36º máximo diário) para cada local de amostragem (com base nos resultados, anuais e durante o período de campanha, obtidos nas estações fixas) de modo a avaliar o cumprimento da legislação em vigor para PM₁₀.
- Análise comparativa dos resultados da monitorização para o ano em avaliação com os resultados e as estimativas de concentrações apresentados no EIA, assim como, caso já existam os resultados e estimativas de anos anteriores.

- Apreciação dos resultados obtidos em função das condições meteorológicas observadas e do ritmo de laboração da pedreira (dados de produção para o período monitorizado e anual, volume extraído, e nº de veículos médios diários para o ano da monitorização) face ao ano de referência, e, da existência de novas condicionantes em termos da qualidade do ar com grande significância, nomeadamente novos recetores sensíveis, novas unidades de britagem, novos acessos rodoviários, ou outros.
- Análise da eficácia das medidas adotadas para prevenir ou reduzir os impactes das emissões de partículas decorrentes da atividade da pedreira na qualidade do ar, sustentada com *registos fotográficos e registos das fichas técnicas associados a cada medida de minimização implementada* que comprove a execução das mesmas.

Nas conclusões do relatório terá de ser feita uma avaliação da necessidade de revisão do plano de monitorização, e, em caso afirmativo deverão ser apresentadas propostas. Deverá ainda ser avaliada a necessidade de implementar novas medidas, com apresentação da respetiva proposta, e/ou de eliminação de medidas que não se revelaram eficazes.

Revisão do plano de amostragem

O plano de monitorização pode vir a ser alterado em função dos resultados das amostragens, reclamações sobre poluição atmosférica resultante do funcionamento da pedreira, na presença de novas condições sensíveis em termos da qualidade do ar, alterações na atividade das pedreiras, nova legislação e de novas diretrizes definidas pelas entidades competentes.

A revisão do plano poderá passar pelo ajuste do ponto a monitorizar, pela alteração da periodicidade das campanhas de amostragem, a imposição de medidas de minimização adicionais e/ou pela aplicação de outras ações que se entenda convenientes, nomeadamente a realização de mais campanhas de avaliação da qualidade do ar para acompanhamento de situações específicas.

4. Programa de Monitorização do Estado de saúde da população

Implementação do programa de monitorização que vier a ser apresentado, após análise e aprovação

5. Programa de Monitorização dos Sistemas ecológicos

Constituem objetivos do presente plano de monitorização:

- Aferir os impactes decorrentes da implantação do projeto sobre a flora e habitats, analisando a sua evolução nas áreas direta ou indiretamente afetadas pelo projeto;
- Avaliar a eficácia das medidas de minimização implementadas.

Parâmetros a Monitorizar

Os objetivos da proposta de monitorização serão alcançados através do acompanhamento da evolução do estado de conservação dos *habitats* com estatuto de proteção e dos núcleos populacionais das espécies alvo, nomeadamente *Arabis sadina* e ORCHIDACEAE spp..

Locais e Frequência das Amostragens

O conjunto de pontos deve abranger locais onde ocorram *habitats* abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, particularmente os *habitats* prioritários encontrados. Deverão ainda abranger núcleos de ocorrência de *A. sadina* e ORCHIDACEAE spp..

Os pontos de amostragem deverão dispor-se, nomeadamente, nos mesmos pontos de inventário (transectos) que foram amostrados para o presente estudo.

A monitorização deverá iniciar-se em fase 0 – *antes da exploração*, de modo a prospetar exaustivamente a existência de novos núcleos de *A. sadina*. Posteriormente, a monitorização deverá ter uma frequência anual durante a *fase de exploração*, que deverá ser mantida por um período mínimo de 3 anos consecutivos, com possibilidade de prolongamento, caso os resultados assim o justifiquem. A monitorização deverá ser feita, portanto, no total, por 4 anos consecutivos.

A realização das campanhas de amostragem deverá decorrer no período compreendido entre fevereiro e maio, sendo necessário, durante o processo de monitorização, ajustar aos períodos mais favoráveis à observação dos indivíduos das espécies *A. sadina* e ORCHIDACEAE spp..

Técnicas e Métodos de Amostragem

A amostragem deverá ser realizada em parcelas quadrangulares, com 10 x 10 m, em 10 pontos de amostragem a definir, os quais devem abranger os diferentes *habitats* em áreas da área envolvente. Os pontos deverão abranger, pelo menos, cinco núcleos com as espécies *A. sadina* e ORCHIDACEAE spp..

Em cada parcela deverá proceder-se à recolha de dados relativos aos seguintes parâmetros, que deverão ser registados numa ficha de campo a criar:

- Número da parcela, data e autor;
- Espécies presentes e a percentagem de cobertura de cada uma (apenas para espécies com cobertura superior a 1%);
- Quantificação do número de indivíduos na parcela e estado fenológico, apenas para as espécies alvo;
- Estimativa total de cobertura e estimativa de cobertura por estrato (%);
- Estimativa da área com solo nu ou cobertura rochosa (%);
- Presença de focos de perturbação (e.g. exóticas, pisoteio, deposição de materiais, corte).

Metodologia de Tratamento de Dados

A análise comparativa deverá ser feita a dois níveis:

- Para os habitats, deverão ser comparados os resultados de riqueza específica, cobertura de cada espécie e presença de exóticas, de cada período com o período anterior.
- Para as espécies alvo, deverá ser comparada a fenologia e dinâmica populacional (número de indivíduos, estado reprodutivo).

Critérios de Avaliação de Dados

A análise dos dados recolhidos deverá permitir a avaliação do estado de conservação dos núcleos das espécies e dos *habitats*, o que permitirá aferir os impactes decorrentes da implantação do projeto sobre os valores naturais existentes e determinar a eficácia das medidas de minimização e compensação propostas.

Alguns indicadores de preocupação incluem indícios de destruição direta ou de degradação como alterações significativas a nível da cobertura das espécies dominantes em cada *habitat*, diminuições abruptas e significativas do número de indivíduos de espécies botânicas a preservar e aparecimento de

espécies exóticas ou ruderais no ponto de amostragem. Nestes casos, deverão ser avaliadas as possíveis causas e efeitos destas alterações e sugeridas medidas de gestão, caso necessárias.

Medidas de Gestão Ambiental a Adotar

Perante a avaliação dos resultados obtidos poderá verificar-se necessidade do ajuste das medidas de minimização delineadas ou mesmo, da proposta de novas medidas, caso as existentes não permitam uma intervenção adequada ou não assegurem a conservação dos valores existentes face a impactos não previstos ou subavaliados. A própria metodologia e periodicidade da amostragem poderão ser ajustadas consoante os resultados.

Algumas medidas a adotar poderão passar, por exemplo, pelo aumento transplantação de indivíduos, recolha de sementes, cortes de matos específicos para promoção de prados e novas ações de formação e sensibilização ambiental. Todas as alterações que venham a ser propostas deverão ser devidamente justificadas e fundamentadas nos resultados obtidos e descritos nos relatórios de monitorização.

Relatórios de Monitorização

A cada ano de amostragem deverá ser apresentado um relatório de monitorização, que além da apresentação dos resultados referentes ao correspondente período de amostragem, deverá também efetuar a comparação com os resultados dos anos anteriores e uma revisão da eficácia das metodologias utilizadas até à data, podendo propor alterações às mesmas, caso necessário. O relatório final deverá efetuar uma súmula dos resultados obtidos ao longo do período total de monitorização.

O primeiro relatório de monitorização deverá analisar claramente a afetação dos valores em presença. Na sequência da respetiva apreciação, será analisada a necessidade de excluir da exploração áreas, com a consequente implicação da necessidade de reformulação do Plano de Pedreira.

A estrutura dos relatórios de monitorização da flora e habitats deverá seguir os critérios definidos no Anexo V da Portaria n.º 395/2015, de 4 de Novembro, com as adaptações necessárias.